

O FINANCIAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - INSTITUIÇÕES DE ENSINO COMUNITÁRIAS E CONFESSIONAIS DA REGIÃO SUL.

Prof. Me Marcos José Zablonky¹

KrystinEngel Schwartz²

Larissa Rocha Lima Caxambu³

Resumo

As nações em desenvolvimento, como o Brasil, iniciaram uma busca para reduzir suas diferenças em relação aos países desenvolvidos, criando dispositivos que facultem a inclusão de maiores percentuais da população na educação superior, de maneira a atender às necessidades do capital produtivo, nacional e internacional, e a promover a melhoria da qualidade de vida no país. A proposta deste artigo busca refletir sobre a análise de alguns dados educacionais na área do acesso e permanência e a efetividade das fontes de financiamento adotadas pelas IES. Essa pesquisa tem como objetivo identificar dentro das políticas públicas as diversas fontes de financiamento adotado pelas instituições de ensino superior da região sul, com ênfase nas instituições comunitárias e confessionais que se caracterizarem como instituições sem fins lucrativos e que usufruem de isenções fiscais. Os objetivos específicos deste trabalho é detalhar as características das fontes de financiamento público e privado no Brasil, identificar as fontes de financiamento mais utilizadas pelos alunos, os motivos pela quais utiliza o financiamento e avaliar o impacto do financiamento na retenção dos alunos nas universidades em que estudam. As instituições comunitárias e confessionais selecionadas PUCPR (PR), UNISINOS (RS), UNIVILLE (SC) fazem parte da ABRUC (Associação Brasileira das Universidades Comunitárias) e são referencias no seu estado. A pesquisa será feita por meio de pesquisas bibliográficas, pesquisas de dados secundários junto a organizações públicas e privadas da área da educação e pesquisa survey, via internet, com alunos que utilizam o financiamento. Após esse estudo queremos identificar as diversas fontes de financiamento adotado pelas instituições de ensino superior comunitárias e confessionais, responder às

¹Relações Públicas; Professor Mestre da Pontifícia Universidade Católica do Paraná na Escola de Comunicação e Artes; Doutorando em Educação pelo PPGE da PUCPR.

²Estudante de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; aluna participante do Programa Institucional de bolsas para Iniciação Científica.

³Estudante de Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas da Pontifícia Universidade Católica do Paraná; aluna participante do Programa Institucional de bolsas para Iniciação Científica.

perguntas iniciais, sobre o perfil do aluno que utiliza o financiamento na universidade, e o grau de satisfação dos mesmos com a escolha do curso e da universidade.

Palavras chave: Financiamento, Educação Superior, Universidades Comunitárias, Acesso e Permanência

Introdução

O desenvolvimento econômico dos países está largamente associado aos investimentos feitos por eles em seu capital humano. Em todos os níveis, a educação influencia, significativamente, o desempenho econômico das nações, ainda que não seja condição única para a obtenção de bons resultados. A qualidade da educação, e a maneira como ela é distribuída são, também, aspectos preponderantes, uma vez que em países nos quais a distribuição da educação é demasiadamente desigual, existe uma tendência das rendas per capita serem menores. (Lopes et al, 1998).

Esse artigo tem como objetivo identificar dentro das políticas públicas as diversas fontes de financiamento adotado pelas instituições de ensino superior da região sul do Brasil, com ênfase nas instituições comunitárias e confessionais que se caracterizam como instituições sem fins lucrativos e que usufruem de isenções fiscais e tem no seu bojo institucional o serviço educacional como missão social e religiosa.

Ao lado da profunda mudança no segmento das Universidade Federais, o quadro institucional-legal revela a diferenciação entre instituições comunitárias e privadas.

As universidades e instituições de ensino confessionais procuram diferenciar-se das demais, de modo a poderem reivindicar a dotação de recursos públicos com legitimidade. Foi criada a Associação Nacional das Universidades Comunitárias – Abruc, que conquistou espaços importantes no âmbito do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e representação própria nas comissões consultivas do MEC, assim como, na indicação de nomes para o Conselho Nacional de Educação e com isso, participando ativamente das formulações e discussões a respeito da educação superior. Elas procuram construir sua identidade com base nos seguintes elementos principais: estão organizadas sob o regime jurídico de fundação de direito privado ou,

de sociedade civil; seu patrimônio pertence a uma comunidade, de empresas ou de grupos com interesses econômicos; não distribuem dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio a sócios da sociedade mantenedora. Com esses critérios, diferenciam das Universidades propriamente privadas, que, por sua vez, organizaram-se na Associação Nacional das Universidades Particulares – Anup.

II. Ensino Superior Comunitário e Confessional

Para uma compreensão do termo comunitária de uma forma mais abrangente desse fenômeno convém reportar à origem das experiências do comunitarismo no Brasil, uma vez que elas já traziam, como traço de nascença, a ambigüidade: não se enquadravam exclusivamente nas políticas oficiais de educação nem nas iniciativas particulares propriamente ditas.

Análise do antropólogo Egon Schaden (1963) sobre os aspectos históricos e sociológicos da escola teuto-brasileira, que funcionou em Santa Catarina no final do século XIX até a década de 40 deste século, mostra o surgimento do comunitarismo no Brasil, suas finalidades e transformações.

Segundo o autor, a iniciativa comunitária na educação está vinculada às necessidades que os imigrantes de origem alemã enfrentaram no Brasil numa época em que o ensino primário não era prioridade. Oriundos do país da Reforma Protestante, esses imigrantes traziam a concepção luterana, firmada desde o século XVI, segundo a qual a educação era encarada como obrigação em dois sentidos: do Estado, pela garantia da oferta; e da família, pelo envio dos filhos à escola. Uma vez aqui, num país sem escolas, os grupos que formaram as colônias teuto-brasileiras, ressentindo-se dessa ausência, lançaram mão da criação das escolas comunitárias, temendo que seus filhos crescessem “como caboclos” (SCHADEN, 1963, p. 68 apud Bittar, 2000, p. 33).

Schaden chama a atenção, ainda, para o aspecto ambíguo dessa “escola comunal”. O “caráter de ambigüidade”, afirma ele, era “condicionado pelo fato de os colonos sentirem a necessidade de instituições escolares para a educação dos filhos” e, também, por não possuírem “em seu sistema cultural de origem, nenhum padrão segundo o qual pudessem organizar e manter escolas particulares” (Ibid., p. 66).

Fundaram, assim, escolas comunitárias, que pertenciam às comunidades, no caso, à colônia teuto-brasileira. Mas ao mesmo tempo em que os imigrantes se

queixavam da falta de escolas oficiais, reclamavam o direito de terem o seu sistema educacional próprio. Isto se justificava pela importância que dispensavam ao aprendizado da língua alemã. Entretanto, quanto a este aspecto, o seu sistema comunitário se ressentirá da “inexistência de base cultural sólida”. (Bittar, 2000)

A rica experiência das escolas comunitárias no sul do Brasil foi, portanto, alterada em função da conjuntura política da Segunda Guerra Mundial, que influenciou para que o governo – imbuído de uma “política nacionalizadora” – estendesse o ensino oficial, especialmente em regiões consideradas estratégicas. Depois, nas décadas de 50 e 60, o comunitarismo tomará novas feições, segundo (Schaden, 1963 apud Bittar, 2000).

O surgimento das universidades comunitárias gaúchas ocorre exatamente nessa fase posterior ao arrefecimento do comunitarismo no ensino primário de Santa Catarina. Elas foram, por certo, inspiradoras do nome e do “modelo” de universidade comunitária tomada em seu conjunto, seja ela confessional ou não.

Para Antoniazzi (1992) há denominadores comuns que buscam concretizar o conceito de universidade. Entre os mais significativos estão a hegemonia do método científico, da pesquisa e do ensino. Dentre os referenciais de universidade há aquelas que estão preponderantemente centradas em si mesmas. Estas criam uma identidade cultural peculiar e por ela passam a nutrir sua própria excelência. Tendem a ser elitistas e conservadoras. Pautam-se pela exigência do mercado, pelo lucro e pelos parâmetros de qualidade e produção científica, estabelecidos muitas vezes de acordo com os referenciais do mercado e do status-quo.

Há também as universidades que se constituem como universos abertos, sensíveis ao contexto sociocultural, econômico e político em que se encontram inseridas, estabelecendo com o contexto uma interação crítico-constructiva e transformadora. Existem aqueles que esperam que as universidades confessionais se caracterizem como uma interação consciente e não radical que acomode tanto aspectos que a caracterizem como centrada em si mesma quanto aspectos de interação crítico constructiva e transformadora. Esta universidade por definição, deverá assumir uma opção clara diante destes dois modelos e isto ela o fará inspirada no duplo referencial que lhe dá identidade: o referencial antropológico e o referencial teológico, na medida em que ambos também podem assumir um viés conservador ou um viés transformador.

Estas duplicidades podem ser consideradas como fator que dificulta a caracterização das universidades confessionais, pelo fato de que elas são sensíveis e vulneráveis aos agentes determinantes da realidade cultural, social e econômica na qual estão inseridas, bem como às ingerências de políticas e relações de poder intramuros.

No ambiente da universidade, quando marcado pelo respeito à individualidade, a pedagogia da fé se realizará pela construção de amplas redes de relações solidárias entre pessoas, dentro e fora da universidade.

Caracterizado as universidades comunitárias e confessionais passamos a apresentar as políticas educacionais de financiamento na educação superior implementadas pelas governo federal e que são disponibilizadas para os alunos de instituições confessionais e comunitárias.

III. Políticas de Acesso e Permanência na Educação Superior

O Plano Nacional de Educação (PNE – Lei n 10.172/2001) estabeleceu como meta aumentar a proporção de jovens entre 18 a 24 anos matriculados em um curso superior, e é evidente e necessário expandir o número de vagas nesse sistema para dar chance a todas as camadas da população, e poder manter estes no ensino superior. O dilema não está relacionado ao número de vagas apenas, e sim ao fato de o aluno de baixa renda não conseguir ingressar em instituições públicas, por causa da concorrência, e não possuir condições financeiras para estudar em uma particular e, mais grave ainda, a sua precária permanência durante o período acadêmico nas instituições de ensino superior.

Este impasse o governo brasileiro vem enfrentando com as políticas públicas de acesso ao ensino superior, criando novas formas de inclusão dos jovens nas instituições públicas e privadas em todo o país, e buscando atender as demandas e necessidades da sociedade frente a este cenário. Os programas como REUNI, FIES, PROUNI e as políticas das Cotas buscam atender um déficit educacional no ensino superior. Nesse sentido, o desenvolvimento de políticas públicas para a educação superior tem sido tema de muitas pautas na sociedade, tanto pelo aspecto estratégico para o Brasil, como por conjugar elementos de interesse de diversos atores nacionais e estrangeiros.

Políticas públicas é definido como um conjunto de ações desencadeadas pelo Estado com vista ao atendimento a determinados setores da sociedade. Esse conjunto de decisões serve para solucionar problemas que em um dado momento os cidadãos e o próprio governo de uma comunidade política consideram prioritários ou de interesse público. No campo educacional, as políticas públicas de acesso ao ensino superior visam criar novas maneiras de possibilitar com igualdade o ensino para todas as camadas da população.

Nesse sentido, Saravia (2006, p. 28), ao definir políticas públicas explica que:

Trata-se de um fluxo de decisões, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrio destinados a modificar essa realidade [...] é possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos grupos que participam do processo decisório.

As principais políticas públicas de financiamento e de acesso a educação superior no Brasil estão atreladas aos programas:

Programa Universidade para Todos (PROUNI) é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, que concede bolsas de estudo integrais e parciais (50%) em instituições privadas de ensino superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros, sem diploma de nível superior. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda bruta familiar, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50%), a renda bruta familiar deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Para se inscrever é preciso ter participado do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) e ter obtido no mínimo 450 pontos na média das notas do Exame. O bolsista parcial de 50% poderá utilizar o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) para custear os outros 50% da mensalidade, sem a necessidade de apresentação de fiador na contratação do financiamento.

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano. Para isso, é necessário que a instituição para a qual o candidato foi

selecionado tenha firmado Termo de Adesão ao Fies e ao Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC).

Outra forma é a Bolsa Permanência que é um benefício com o valor máximo equivalente ao praticado na política federal de bolsas de iniciação científica, destinada exclusivamente ao custeio das despesas educacionais de beneficiário de bolsa integral do Programa Universidade para Todos – Prouni. A Bolsa Permanência destina-se a estudantes com bolsa integral em utilização do Prouni, matriculados em cursos presenciais com no mínimo 6 (seis) semestres de duração e cuja carga horária média seja igual ou superior a 6 (seis) horas diárias de aula, de acordo com os dados cadastrados pelas instituições de ensino junto ao MEC.

IV. Perfil das Instituições Comunitárias e Confessionais

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS é uma instituição de ensino superior, de caráter privado, confessional e comunitária, mantida pela Sociedade Antonio Vieira, da Província do Brasil Meridional da Companhia de Jesus (ordem religiosa dos padres jesuítas). Sua sede fica no município de São Leopoldo, a 30 km da capital do estado do Rio Grande do Sul. Aos 44 anos, a Unisinos está entre as maiores universidades privadas do Brasil, com cerca de 30 mil alunos em cursos de graduação, pós-graduação e extensão, nas modalidades presencial e EAD. A Unisinos já diplomou cerca de 72 mil estudantes, cuja formação traduz as grandes opções estratégicas da instituição: transdisciplinaridade, educação por toda a vida e desenvolvimento regional.

O quadro de colaboradores é formado por mais de 950 professores, dos quais 90% são mestres, doutores e pós-doutores. Além do campus principal em São Leopoldo, a Unisinos está presente em Porto Alegre, Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Santa Maria, Rio Grande e Canoas, no Rio Grande do Sul, Florianópolis, em Santa Catarina e Curitiba no Paraná.

Isso se dá através da oferta de bolsas de estudos e financiamento estudantil, em níveis de Graduação, Especialização, MBA, Mestrado e Doutorado. Financiamentos como o PRAVALER o aluno parcela cada mensalidade e tem pelo menos o dobro do tempo para pagar e os programas como: FIES, ProUni, ProUni RS. Oferece ainda vagas nos Cursos Superiores de Tecnologia em Gestão Ambiental e em

Segurança da Informação. Bacharelado em Ciências Biológicas, Educação Física, Serviço Social e Filosofia com 40% de desconto para matrículas. Crédito Graduação Santander - financiamento que possibilita que o aluno conclua seu curso com o dobro do tempo para pagar. A parcela é fixa e será de, no máximo, 60% do valor da mensalidade.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) é uma instituição de ensino superior privada e católica brasileira. Criada em 31 de dezembro de 1950, com o objetivo de manter a Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), a APC (Associação Paranaense de Cultura) é uma das organizações agremiadas ao Grupo Marista. É uma associação civil de direito privado, filantrópica e com fins educacionais e foi declarada de utilidade pública em janeiro de 1954. A universidade possui 63 cursos de graduação e em torno de 150 opções em pós-graduação, mestrado e doutorado e aproximadamente 30 mil alunos. Cerca de 80% do corpo docente é formado por doutores e mestres. As formas de financiamento que são ofertadas na instituição são: FIES – obs: Os alunos poderão se inscrever optando pelas modalidades de Fianças Convencional e Solidária. O Crédito Educacional (Fundo Solidário) da PUCPR é destinado a custear as mensalidades de estudantes que demonstrem não ter como arcar integralmente com os custos de sua formação. O percentual financiado é de 25% ou 50% do valor da mensalidade do curso, sendo que é condicionado à apresentação de fiador. PROUNI financiamento de bolsa de 100% e 50% do valor da mensalidade.

A Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) é uma instituição privada comunitária, mantida pela Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia didático-científica, administrativa, financeira e disciplinar. Atua nos processos de Ensino, Pesquisa e Extensão. Tem aproximadamente 13.000 alunos distribuídos nos vários campus da região norte de Santa Catarina. Possui sedes em Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. Integra o Sistema ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais. Comunitária: Criada pelo poder público, pública não-estatal, não pertence ao âmbito particular, sem fins lucrativos. Tem como características: respostas às demandas da sociedade, sinergia com a comunidade regional, acesso ao ensino superior da população regional.

A forma de financiamento disponível para os alunos é O PRAVALER um programa de financiamento privado que oferece facilidade de pagamento aos alunos de graduação e pós graduação. O FIES e PROUNI fazem parte do composto de opções do alunado.

V. Cenário da Educação Superior

A educação superior no Brasil apresenta a partir do Censo 2011 divulgado em setembro de 2013 alguns dados que refletem o esforço do governo e das políticas educacionais na educação superior. Entretanto, os números não são significativos na busca de atingir as metas propostas no PNE de 2001 e no PNE de 2011 que está em curso e para ser votado no Congresso Nacional.

A Tabela 1 apresenta os números de matrículas, ingressos e concluintes relativos a 2011, além do detalhamento dos ingressos por processo seletivo ou outras formas de ingresso.

Tabela 1 – Número e Percentual de Matrículas, Ingressos (todas as Formas e por Processo Seletivo) e Concluintes de Graduação

Modalidade de Ensino/ Regiões Geográficas	Matrículas	Ingressos			Concluintes
		Total	por Processo Seletivo	Outras Formas	
Total	6.739.689	2.346.695	2.093.368	253.327	1.016.713
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Presencial (%)	85,3	81,6	80,6	90,1	85,1
a Distância (%)	14,7	18,4	19,4	9,9	14,9
Presencial					
Brasil	5.746.762	1.915.098	1.686.854	228.244	865.161
Norte	385.717	121.856	111.013	10.843	54.806
Nordeste	1.138.958	352.691	316.431	36.260	148.141
Sudeste	2.755.635	957.380	847.976	109.404	445.615
Sul	929.446	304.010	252.388	51.622	135.357
Centro-Oeste	537.006	179.161	159.046	20.115	81.242

Fonte: MEC/Inep.

O Censo 2011 registra um total de 6.739.689 matrículas de graduação, o que representa um incremento de 5,6% em relação a 2010. O total de ingressos, por sua vez, soma 2.346.695 vínculos, o equivalente a uma elevação de 7,5% em relação a

2010. Finalmente, o número de concluintes alcança o total de 1.016.713, sendo 4,4% superior à edição anterior.

A Tabela 2 apresenta resultados obtidos em duas pesquisas distintas: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) 2011 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Censo da Educação Superior 2011 (Inep). Os dados da PNAD ora apresentados referem-se à população brasileira enquanto os dados do Censo referem-se às matrículas declaradas pelas IES. Compara as distribuições no território nacional das estatísticas de população com idade de 18 a 24 anos e de matrículas de graduação presencial, segundo as regiões geográficas. A faixa etária de 18 a 24 anos corresponde à faixa esperada para cursar a educação superior.

As regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentam percentuais de matrículas de graduação presencial (total e para a faixa etária de 18 a 24 anos) mais elevados que os respectivos percentuais de jovens desse grupo etário. Nas regiões Nordeste e Norte, essa relação se inverte, isto é, os percentuais de matrícula são inferiores aos respectivos percentuais populacionais da faixa etária em questão.

Tabela 2 – Distribuição de Matrículas de Graduação Presencial (todas as Idades e com Idades de 18 a 24 anos) e População da Faixa Etária de 18 a 24 anos – Brasil e Regiões Geográficas – 2011

Brasil/Regiões Geográficas	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE)				Censo da Educação Superior (Inep)			
	População (18 a 24 anos)	%	Frequente Curso de Graduação (18 a 24 anos)	%	Matrículas de Graduação Presencial	%	Matrículas de Graduandos Presenciais com Idade de 18 a 24 anos	%
Brasil	22.497.453	100,0	3.283.368	100,0	5.746.762	100,0	3.229.755	100,0
Norte	2.098.423	9,3	217.642	6,6	385.717	6,7	186.370	5,8
Nordeste	6.399.491	28,5	664.870	20,2	1.138.958	19,8	607.682	18,8
Sudeste	9.113.639	40,5	1.471.314	44,8	2.755.635	48,0	1.554.273	48,1
Sul	3.128.684	13,9	582.965	17,8	929.446	16,2	570.293	17,7
Centro-Oeste	1.757.216	7,8	346.577	10,6	537.006	9,3	311.137	9,6

Fonte: MEC/Inep e IBGE – PNAD 2011.

As taxas de escolarização são calculadas utilizando-se exclusivamente dados da PNAD. A taxa de escolarização bruta expressa o percentual da população de 18 a 24 anos que declara freqüentar escola. A taxa de escolarização líquida, por sua vez, identifica o percentual da população de 18 a 24 anos que declara cursar graduação. Para 2011, a taxa de escolarização bruta é igual a 27,8%, a taxa de escolarização líquida é igual a 14,6% e, quando se inclui no cálculo da taxa de escolarização líquida o percentual da população da faixa etária de 18 a 24 anos que concluiu um curso superior, esse valor corresponde a 17,8%.

Tabela 3 – Número e Percentual de Ingressos por Processo Seletivo (total e por meio do Enem) nos Cursos de Graduação Presencial, por Categoria Administrativa – Brasil

Brasil/Regiões Geográficas	Ingressos (por Processo Seletivo)	Total	Categoria Administrativa			
			Federal	Estadual	Municipal	Privada
Brasil	Total	1.686.854	260.650	134.738	31.209	1.260.257
	Enem	322.146	108.625	4.467	1.008	208.046
	%	19,1	41,7	3,3	3,2	16,5
Norte	Total	111.013	26.854	8.598	2.032	73.529
	Enem	16.028	5.504	-	-	10.524
	%	14,4	20,5	-	-	14,3
Nordeste	Total	316.431	80.936	34.858	4.963	195.674
	Enem	56.910	39.004	1.563	543	15.800
	%	18,0	48,2	4,5	10,9	8,1
Sudeste	Total	847.976	79.108	57.520	13.624	697.724
	Enem	171.613	33.144	2.272	32	136.165
	%	20,2	41,9	3,9	0,2	19,5
Sul	Total	252.388	44.651	22.760	8.693	176.284
	Enem	46.550	20.552	511	433	25.054
	%	18,4	46,0	2,2	5,0	14,2
Centro-Oeste	Total	159.046	29.101	11.002	1.897	117.046
	Enem	31.045	10.421	121	-	20.503
	%	19,5	35,8	1,1	-	17,5

Fonte: MEC/Inep.

Comparativamente a 2010 (BRASIL. INEP, 2012a), os dados do Censo demonstram que a utilização do exame é ampliada em todas as categorias

administrativas: - nas IES federais, de 31,7%, em 2010, para 41,7% do total de ingressos por processo seletivo, em 2011; - nas IES privadas, de 13,7% para 16,5%; - nas IES estaduais, de 1,9% para 3,3% e, - nas IES municipais, de 2,4% para 3,2%. Também em relação a 2010, e no âmbito das regiões geográficas, o ingresso por meio do Enem tem sua participação diminuída somente nas regiões Nordeste e Sul. Em ambos os casos, decresce o percentual de ingressos pela via do Enem em IES privadas (no Nordeste, de 15,1% para 8,1%, e, no Sul, de 15,5% para 14,2%).

É possível considerar que a maior expressividade da concentração de matrículas de graduação no período noturno nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste esteja associada à destacada presença na categoria privada nessas regiões.

O Enem é utilizado pelo Sisu para ingresso em IES públicas e por programas de financiamento estudantil como o ProUni e o Fies.

Do total de 6.739.689 matrículas de graduação registradas em 2011, 1.464.628 têm algum tipo de financiamento, o que corresponde a 21,7%.

Tabela 4 – Número de Matrículas que Possuem pelo menos um Tipo de Financiamento nos Cursos de Graduação

Organização Acadêmica	Modalidade de Ensino			
	Presencial		a Distância	
	Financiamento Reembolsável	Financiamento não Reembolsável	Financiamento Reembolsável	Financiamento não Reembolsável
Total	303.234	1.141.636	2.523	111.695
Universidades	108.312	491.262	1.894	73.828
Centros Universitários	47.369	184.885	50	26.297
Faculdades	147.551	465.489	579	11.570
IFs e Cefets	2	-	-	-

Fonte: MEC/Inep.

Nota: A mesma matrícula pode apresentar mais de um tipo de financiamento.

VI. CONCLUSÃO

Ao estudar o financiamento da educação superior observa-se a relevância dos programas FIES e PROUNI como vetores de acesso e permanência. A expectativa do Ministério da Educação (MEC) é que o programa do FIES termine o ano com 1 milhão de alunos atendidos. O número elevado nas contratações foi verificado a partir de 2011, quando houve queda nos juros do financiamento, ampliação do prazo de carência e possibilidade de adesão em qualquer momento do ano.

As instituições particulares também passaram a cooptar alunos para o Fies, que é visto como sinônimo de garantia financeira e queda nos índices de inadimplência estudantil. Entre 2011 e 2012, o número de financiamento dobrou, chegando a 599.000. O financiamento ajuda quem não se enquadra no perfil de renda compatível com o Prouni, mas também não tem dinheiro suficiente para arcar com as mensalidades de uma universidade.

O Censo 2011 registra um total de 6.739.689 matrículas de graduação, o que representa um incremento de 5,6% em relação a 2010. Finalmente, o número de concluintes alcança o total de 1.016.713, sendo 4,4% superior à edição anterior. Os números apresentados pelo Censo 2011 mostram claramente que o esforço para atingir as metas propostas nos PNE de 2001 e 2011 estão muito aquém dos objetivos.

Esses dados corroboram o caráter desafiador do salto projetado pela Meta 12 constante do relatório substitutivo ao Projeto de Lei nº 8.035/2010 relativo ao novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2012), em tramitação no Congresso Nacional. A Meta 12 define a elevação da taxa de escolarização bruta para 50% e da taxa de escolarização líquida para 33% da população de 18 a 24 anos.

Do total de 6.739.689 matrículas de graduação registradas em 2011, 1.464.628 têm algum tipo de financiamento, o que corresponde a 21,7%.

Na modalidade presencial, o Censo 2011 registra o total de 1.141.636 matrículas com financiamento não reembolsável e 303.234 matrículas com financiamento reembolsável. Na modalidade a distância, esses totais somam, respectivamente, 111.695 e 2.523 matrículas.

Considerando que cada vez mais alunos vão buscar essas formas de financiamento é compreensível e se espera que as instituições de ensino confessionais e comunitárias venham a aderir de forma mais significativa nas ações de comunicação e estruturas internas, para que mais alunos possam frequentar seus campus utilizando as várias formas de financiamento do governo federal. A pesquisa de campo está na fase de coleta de novas informações que permitam atender os

objetivos propostos e identificar as expectativas dos alunos em relação as formas de financiamento, bem como, as ações de adesão das instituições confessionais e comunitárias.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, A. A Universidade Católica: identidade e função crítica. Cadernos da ABESC 1/3 1983. _____, Universidade em Pastoral. Atualização n.185/186, 1985.

BITTAR, M. O ensino superior no Brasil e a formação do segmento das Universidades comunitárias. 23 Reunião Anual da ANPED. Caxambu. 2000.

BRASIL. PROUNI. Acesso 23/07/2013.

INEP. http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumtecnico/censo_educacao_superior_2011.pdf.

SARAVIA, E. Introdução a teoria da política pública. In: SARAVIA, E., FERRAREZI, E. (orgs) Políticas Públicas. V I. Brasília: ENAP, 2006.p. 21-46.

SCHADEN, Egon. Aspectos históricos e sociológicos da escola rural teuto-brasileira. In: I Colóquio de Estudos Teuto-Brasileiros. Porto Alegre: UFRS, 1963.